

# RELATÓRIO E CONTAS 2017

SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda



AG  
SERVIÇO  
DO AMBIENTE

## ÍNDICE

<b>1. MENSAGEM DA GERÊNCIA E ÓRGÃOS SOCIAIS .....</b>	<b>3</b>
1.1. MENSAGEM DA GERÊNCIA .....	3
1.2. SÓCIOS .....	4
1.3. ÓRGÃOS SOCIAIS .....	4
1.3.1. PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DA GERÊNCIA .....	4
<b>2. RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>6</b>
2.1. ENQUADRAMENTO .....	6
2.2. ATIVIDADE .....	7
2.2.1. <i>Introdução</i> .....	7
2.2.2. <i>Macro Atividades</i> .....	7
2.2.3. <i>Recursos Humanos</i> .....	10
2.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	11
2.3.1. <i>Situação económica</i> .....	11
2.3.1.1. Rendimentos e Ganhos .....	11
2.3.1.2. Gastos e Perdas .....	11
2.3.1.3. Indicadores Económicos .....	13
2.3.2. <i>Situação Financeira</i> .....	14
2.3.2.1. Indicadores Financeiros .....	14
2.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	14
2.5. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....	15
2.6. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO .....	15
2.7. QUOTAS PRÓPRIAS .....	15
2.8. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES .....	15
2.9. SUCURSAIS DA SOCIEDADE .....	15
2.10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	15
2.11. PERSPETIVAS PARA 2017 .....	16
<b>3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>17</b>
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANEXO .....	18
BALANÇO .....	20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO .....	22
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	24

## 1. MENSAGEM DA GERÊNCIA E ÓRGÃOS SOCIAIS

### 1.1. MENSAGEM DA GERÊNCIA

O ano de 2017 confirmou as perspetivas macroeconómicas mais otimistas com um crescimento do PIB nacional de 2,7%. Em termos regionais o contexto económico acompanhou a tendência nacional. Apesar da melhoria em termos macroeconómicos, a SEGMA previa uma diminuição do seu volume de negócios para 2017 em cerca de 4%, no entanto a diminuição verificada foi de apenas 2%, resultando numa melhoria face ao previsto.

Neste contexto, a SEGMA conseguiu angariar projetos necessários para conseguir dar estabilidade ao seu negócio e superar uma diminuição de 598 mil euros (70%) registada em serviços prestados à EDA, principalmente na cedência de pessoal e trabalhos diretamente relacionados com a distribuição de energia elétrica.

Sentimos que o desafio no futuro próximo será tornar a empresa mais eficiente, investindo em recursos e infraestruturas que alavanquem uma melhoria de processos e em simultâneo a diversificação para áreas não exploradas e que se revelem úteis para os Açores.

A SEGMA apresenta em 2017, um resultado líquido de 757.834 euros que resulta de um volume de negócios de 6.167.215 euros, e continua a manter uma rentabilidade líquida superior a 10%. Estes resultados foram alcançados com o contributo da competência técnica, motivação e o forte empenho dos nossos trabalhadores.

Com colaboração de todos quantos fazem parte da SEGMA e do GRUPOEDA, com o apoio dos nossos fornecedores e parceiros e com a confiança dos nossos clientes, pretendemos consolidar o percurso de criação de valor, fazer mais e melhor e participar ativamente no processo de desenvolvimento sustentado da economia dos Açores.

#### A GERÊNCIA

João Carlos Santos Correia

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

## 1.2. SÓCIOS



EDA, S.A. – 90%



EDA RENOVÁVEIS, S.A. – 10%

## 1.3. ORGÃOS SOCIAIS

### ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Representante da EDA, S. A.

Secretário: Representante da EDA RENOVÁVEIS S. A.

### A GERÊNCIA

João Carlos Santos Correia

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

UHY & Associados, SROC, Lda representada por Manuel Luis Fernandes Branco (ROC n.º 652)

#### 1.3.1. PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DA GERÊNCIA

**Eng.º João Carlos Santos Correia:** Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição desde 2009; Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006

e 2008, pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção, entre 2001 e 2005 e pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de S. Miguel entre 1999 e 2000; Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de S. Miguel entre 1995 e 1998 e pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de S. Miguel de 1990 a 2000. Administrador da EDA desde 2014 até à data e Gerente da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

**Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel:** Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1988. Participante no Programa Avançado de Gestão para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1995 e no Programa Avançado de Finanças para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1996. De outubro de 1987 até junho de 1988: Monitora como prestação eventual de serviço na Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, período em que lecionou as cadeiras de Gestão Financeira I e Gestão Financeira II. Desde 5 de dezembro de 1988 integra os quadros da Empresa de Eletricidade dos Açores, tendo desempenhado as seguintes funções: Até 30 de setembro de 1990, desempenhou funções técnicas na Direção Financeira, área da Fiscalidade, durante 6 meses e, posteriormente, prestou apoio técnico ao Diretor; De 1 de outubro de 1990 até 22 de abril de 1993, foi Coordenadora do Gabinete de Estudos e Análise Financeira, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1993 até 22 de abril de 1994 e de 29 de outubro de 1996 a 31 de dezembro de 2000 chefiou o Serviço de Finanças, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1994 até 15 de novembro de 1997 foi Adjunta da Direção Financeira; A partir de janeiro de 2001 foi Diretora da Gestão Administrativa e Contabilidade, da Eletricidade dos Açores, S.A.. Administradora da EDA desde até 2013 até à data e Gerente da SEGMA, Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda, desde 12 de julho de 2013.

**Eng.º Carlos Filipe Almeida Santos Pereira:** Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em 2002. Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, Perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE); Técnico auditor energético e autor de planos de racionalização e de relatórios de execução e progresso no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE). Iniciou a sua carreira profissional no Grupo TAVFER (2003/2004), integrando a equipa responsável pela implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001) nas empresas ALFERAL - Zincagem de precisão para peças automóveis e Lacagem de Metais e CIMA S.A. – Centro de Inspeção Mecânica em Automóveis. Desde 2004 é Quadro Superior da SEGMA – Serviços de Engenharia Gestão e Manutenção Lda, tendo exercido os seguintes cargos: Diretor Técnico desde 2006. Coordenador Núcleo de S. Miguel e St. Maria (2004 a 2006). Integra a Gerência da SEGMA desde 26 de março de 2008.

## 2. RELATÓRIO DE GESTÃO

### 2.1. ENQUADRAMENTO

No horizonte de projeção 2017-2020, de acordo com a publicação mais recentes do Banco de Portugal, o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. A atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor.

Ao nível da procura interna, projeta-se à imagem da economia portuguesa, um crescimento com ritmo decrescente ao longo do horizonte de projeção. Está subjacente a esta evolução um crescimento do rendimento real disponível em 2018, aliada à recuperação do mercado de trabalho, mas com um posterior abrandamento.

Segundo o Serviço Regional de Estatística dos Açores o comportamento dos diferentes indicadores disponíveis, no quarto trimestre de 2017, apontam para a aceleração da atividade económica. O Indicador de Atividade Económica que há dez meses se mantêm acima de 2% ou o aumento do emprego homólogo permitem indiciar um desempenho global positivo da atividade económica regional.

Indicadores Económicos	Variações homólogas		
	Últimos 3 meses (Açores)	Últimos 12 meses (Açores)	Últimos 12 meses (país)
População Empregada	3,7%	3,6%	3,3%
Taxa Desemprego	8,3%	9,0%	8,9%
Energia elétrica	3,1%	0,3%	0,7%
Índice Atividade Económica	2,1%	2,3%	2,9%
Inflação taxa homóloga	1,6%	1,6%	1,5%
Edifícios licenciados	15,0%	6,7%	9,5%
Venda de cimento	4,3%	22,2%	13,2%
Venda automóveis ligei.	11,5%	7,3%	7,1%

Fonte: Serviço Regional de Estatística

## 2.2. ATIVIDADE

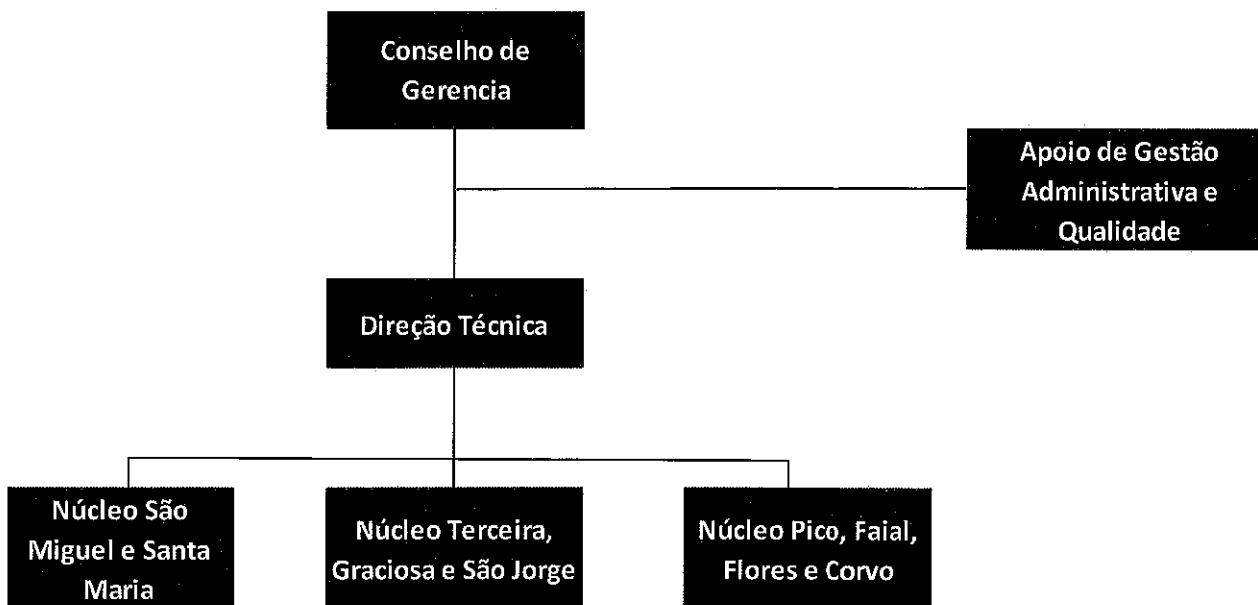
### 2.2.1. Introdução

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

Como áreas de Negócio, existem, atualmente, as seguintes:

1. Serviços EDA
2. Manutenção
3. Fiscalização
4. Projetos
5. Serviços Técnicos (Empreitadas, montagens e vendas equipamento elétrico)
6. Consultoria

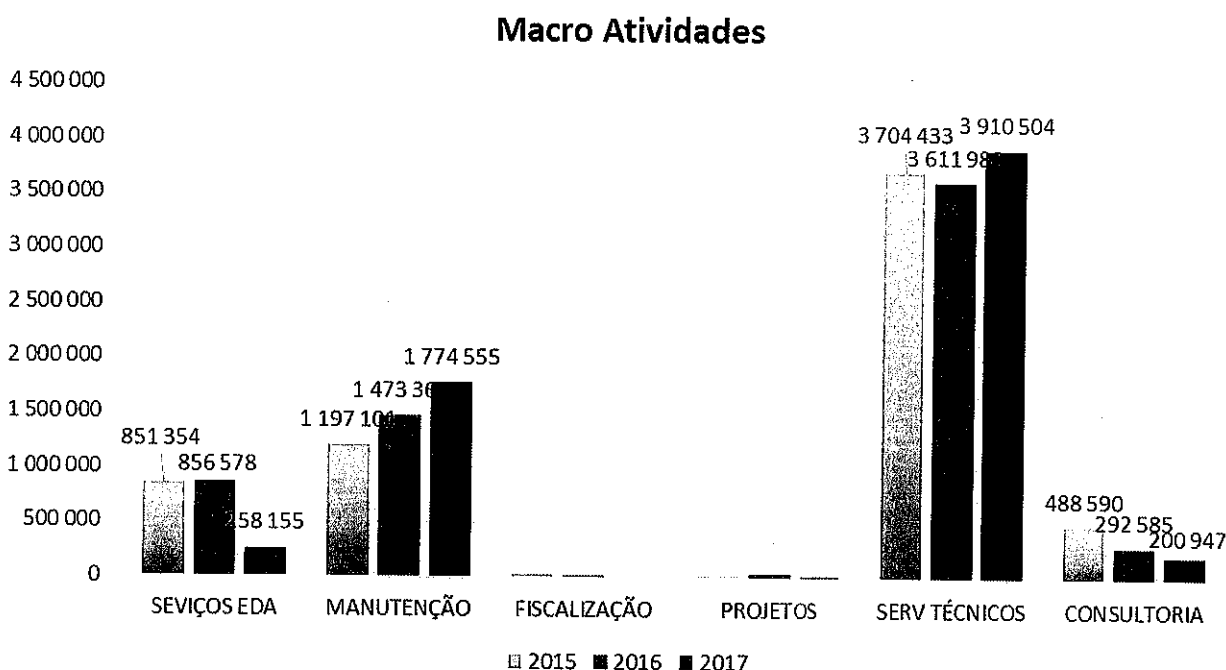
A organização da SEGMA por tipos de atividade e por núcleos de negócio, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz, ao qual vamos dar continuidade.

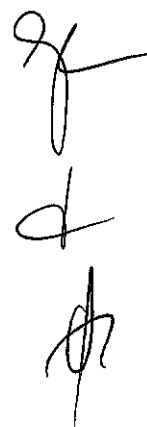


### 2.2.2. Macro Atividades

Em 2017 o Volume de negócios atingiu os 6,1 milhões de euros, menos 2% que o obtido no ano anterior. O crescimento na faturação da atividade da manutenção foi de 20% (23% em 2016) e dos serviços técnicos na ordem dos 8%, que contribuiu para contrabalançar o descréscimo de 70% ao nível dos serviços prestados à EDA S.A.. Em termos absolutos estas foram as únicas macro atividades que registaram um crescimento em

2017, a manutenção com 301 mil euros e os serviços técnicos com 298 mil euros. As restantes quatro macro atividades diminuíram a sua representatividade no volume de negócios da SEGMA.





O segmento dos Serviços EDA apresenta um valor que está alinhado com as previsões para o ano de 2017 que apontavam para uma diminuição significativa nesta área de negócio, sobretudo fruto de alterações estratégicas ao nível do GRUPOEDA no que respeita à cedência de mão de obra.

Na distribuição percentual de faturação por núcleos de negócio no total do volume de negócios, verifica-se que o núcleo SMG/SMA voltou a demonstrar a sua importância obtendo uma representatividade de 80% (83% em 2016), enquanto que o núcleo TER/GRA/SJG aumentou para 14% (12% em 2016) e o núcleo PFFC para 6%.

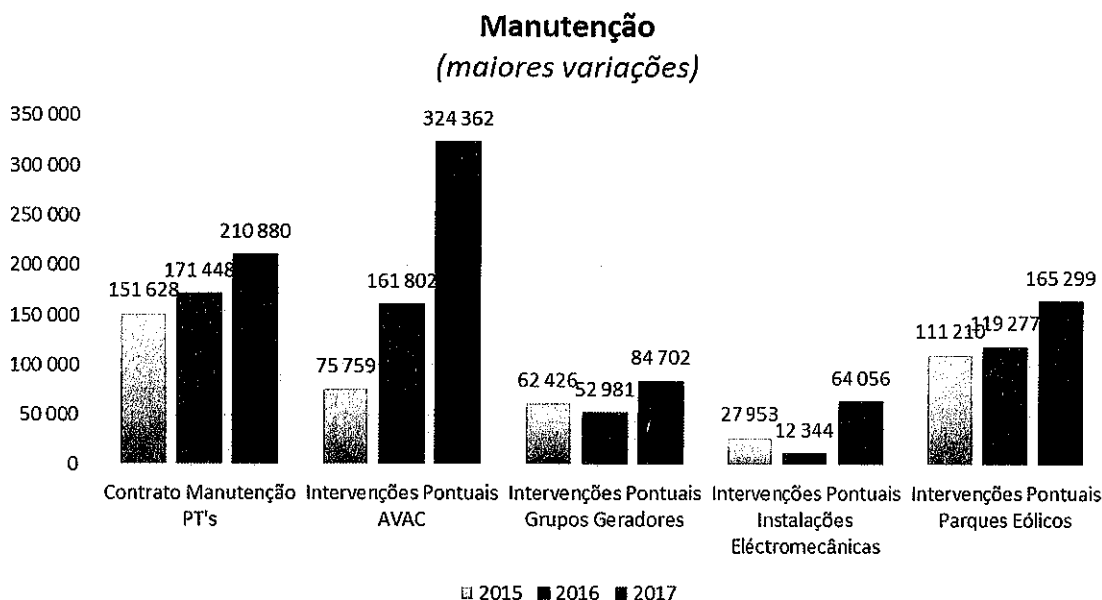
(euro)

Volume Negócios	Núcleos			Total Geral
	SMG/SMA	TERGRASJG	PFFC	
Macro Atividades				
SEVIÇOS EDA	120 113	138 043	0	258 155
MANUTENÇÃO	1 168 200	280 173	326 182	1 774 555
FISCALIZAÇÃO	200	0	0	200
PROJETOS	9 175	13 680	0	22 855
SERV TÉCNICOS	3 443 507	390 684	76 312	3 910 504
CONSULTORIA	168 990	26 247	5 710	200 947
<b>Total Geral</b>	<b>4 910 185</b>	<b>848 826</b>	<b>408 204</b>	<b>6 167 215</b>



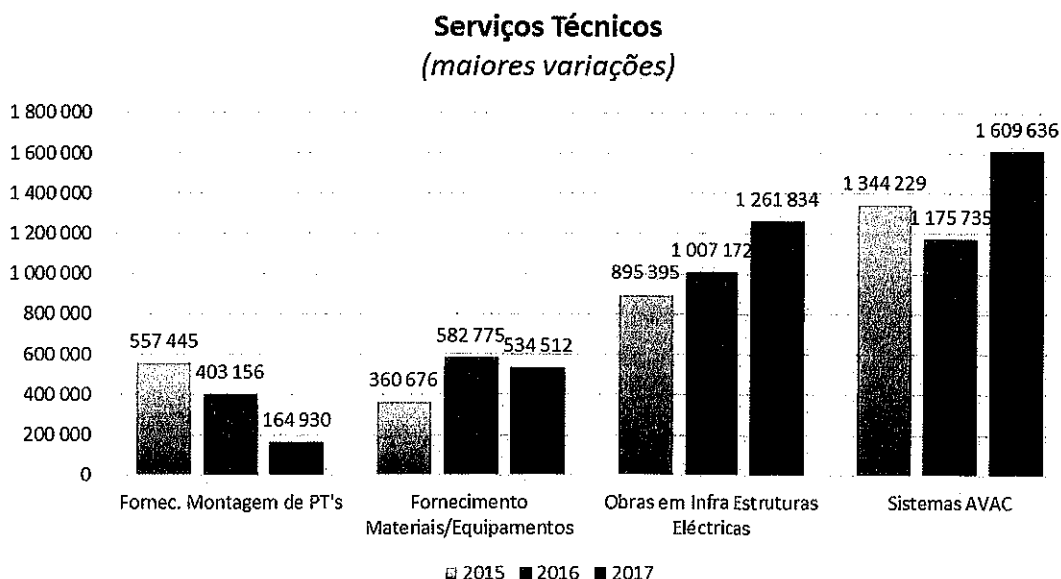
Em 2017 verificou-se na atividade da manutenção um aumento de 20%, o qual está relacionado com o crescimento das intervenções pontuais em AVAC e com os aumentos de contratos de PT's, das instalações eletromecânicas e intervenções em parques eólicos.

*Handwritten signature/initials*



A fiscalização e os projetos apresentam em 2017 um valor residual representando cerca de 1% do volume de negócios.

No segmento dos serviços técnicos, relativamente ao ano de 2016 registou-se um crescimento de 8%. As atividades que registaram maiores diminuições foram as montagens de PT's e as vendas de materiais e equipamentos elétricos. Em sentido inverso, verificaram-se incrementos nas obras de eletricidade e de AVAC. No gráfico que se segue é perceptível as maiores variações registadas nestas atividades.



## 2.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 2.3.1. Situação económica

Os resultados da SEGMA no ano 2017 apresentam um decréscimo de 23% relativamente ao ano de 2016.

(euro)

Resultados	2014	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Cash Flow Operacional (EBITDA)	1 137 555	1 168 243	1 269 154	1 022 197	-246 957	-19%
Resultados Operacionais (EBIT)	1 086 914	1 072 926	1 177 990	922 234	-255 756	-22%
Resultados Financeiros	9 390	33 504	15 122	9 818	-5 303	-35%
Resultado antes impostos	1 096 304	1 106 430	1 193 111	932 052	-261 059	-22%
Imp. sobre o rendimento	222 245	205 990	208 851	174 218	-34 633	-17%
<b>Res. líquido do exercício</b>	<b>874 061</b>	<b>900 440</b>	<b>984 261</b>	<b>757 834</b>	<b>-226 427</b>	<b>-23%</b>

O resultado líquido do exercício de 2017 foi de 757.834 euros, o que traduz uma diminuição de 23% face ao apurado em 2016. Mesmo assim o valor alcançado superou as estimativas para o ano de 2017. A diminuição nos Serviços EDA por questões estratégicas, foi como referido superada pela angariação de novos projetos.

Os resultados financeiros apresentam um decréscimo de 35% relativamente ao ano anterior, o que resulta da diminuição da taxa de juro média para 0,21%.

#### 2.3.1.1. Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos e ganhos totais apresentam um decréscimo de 4%, explicado sobretudo pela diminuição do volume de negócios. No quadro seguinte apresentam-se os valores dos rendimentos nos últimos quatro anos.

(euro)

Rendimentos e Ganhos	2014	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Vendas e Prestações Serviços	6 522 773	6 299 352	6 304 770	6 167 215	-137 555	-2%
Subsídios à exploração			18 758	6 025	-12 733	-68%
Outros Rendimentos e Ganhos	9 543	35 163	21 412	30 421	9 009	42%
Reversões de imparidades	404	3 489	165 272	67 021	-98 251	-59%
Rendimentos e Ganhos Op.	6 532 720	6 338 004	6 510 212	6 270 683	-239 530	-4%
Rend. e ganhos finan.	9 390	33 519	15 122	9 818	-5 303	-35%
<b>Total</b>	<b>6 542 111</b>	<b>6 371 523</b>	<b>6 525 334</b>	<b>6 280 501</b>	<b>-244 833</b>	<b>-4%</b>

#### 2.3.1.2. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas totais em 2017 ascendem a 5.348.449 euros. O crescimento verificado comparativamente com o período homólogo ficou a dever-se sobretudo ao nível dos gastos com fornecimentos e serviços externos, cujo crescimento foi superior à diminuição registada nos gastos com pessoal.

A área de consultoria continuou a registar uma diminuição. Apesar do número projetos ser superior em 2016 e 2017, o valor destes é inferior ao maior projeto de Consultoria da história da empresa, o projeto Younicos, ocorrido em 2015.

### 2.2.3. Recursos Humanos

Das entradas e saídas de pessoal operadas no exercício, resultou, à data de 31 de dezembro, um quadro de 48 colaboradores dos quais 31 pertenciam ao quadro permanente e 17 estavam com contrato a termo. Esta equipa integra trabalhadores em permanência nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Faial e Pico.

Recursos Humanos	2014	2015	2016	2017	Varição 17/16
Colaboradores	51	53	55	48	-13%
Gasto c/Pessoal/nº colaboradores	23 941 €	24 328 €	24 630 €	22 712 €	-8%
Volume Negócios/nº colaboradores	127 898 €	118 856 €	114 632 €	128 484 €	12%

A redução no número de trabalhadores deveu-se sobretudo, a alterações estratégicas ao nível do GRUPOEDA que culminaram com a transferência de os mesmos para outra empresa do grupo.

A ligeira desaceleração do volume de negócios aliada a um superior decréscimo do número de colaboradores resultou numa subida do valor médio do volume de negócios por colaborador. No exercício o gasto médio por colaborador diminuiu 8%.

Os quadros superiores representam cerca de 32%, sendo um valor altamente positivo e revelador da potencialidade da empresa. O Capital Humano da SEGMA é uma vantagem competitiva no mercado regional e traduz-se na capacidade de oferta de soluções multidisciplinares de elevada complexidade, que mais nenhum concorrente da RAA consegue igualar.



(euro)

Gastos e Perdas	2014	2015	2016	2017	Variação 17/16	
CMVMC	346 425	307 088	508 557	461 734	-46 823	-9%
Fornecimentos e serviços externos	3 795 807	3 432 772	3 302 471	3 560 774	258 303	8%
Gastos com pessoal	1 220 992	1 289 404	1 354 654	1 090 181	-264 474	-20%
Imparidades	17 878	171 505	67 852	126 738	58 886	87%
Outros gastos operacionais	14 063	5 135	7 523	9 058	1 535	20%
Depreciações e Amortizações	50 639	95 316	91 165	99 963	8 798	10%
Gastos Operacionais	5 445 805	5 301 219	5 332 223	5 348 449	16 226	0%
Custos e perdas financeiros	0	15	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>5 445 805</b>	<b>5 301 234</b>	<b>5 332 223</b>	<b>5 348 449</b>	<b>16 226</b>	<b>0%</b>

Na estrutura de gastos da SEGMA, assume particular relevo a rubrica fornecimentos e serviços externos, com um peso de 58% (52% em 2016) relativamente às prestações de serviços. Relativamente a esta rubrica, verificou-se um crescimento de 12%, explicado sobretudo pelo aumento de 231 mil euros nos subcontratos de materiais.

(euro)

Forn. e Serv Externos	2014	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Subcontratos materiais	2 102 983	2 003 302	1 860 875	2 092 807	231 932	12%
Subcontratos Serviços	1 287 079	955 796	966 943	851 472	-115 471	-12%
Honorários	1 780	31 182	50 871	122 349	71 477	141%
Outros	403 965	442 491	423 781	494 146	70 365	17%
<b>Total</b>	<b>3 795 807</b>	<b>3 432 772</b>	<b>3 302 471</b>	<b>3 560 774</b>	<b>258 303</b>	<b>8%</b>

Os gastos com subcontratos de serviços diminuíram 115 mil euros, enquanto os gastos com honorários e outros fornecimentos de serviços externos cresceram 71 mil euros e 70 mil euros, respetivamente.

Os gastos com mercadorias vendidas e consumidas diminuíram 9% face a 2016, reflexo da diminuição das vendas de material elétrico. Os fornecimentos e serviços externos atingiram os 3.560.774 euros, mais 8% que em 2016.

Os gastos com transportes de mercadorias cresceram 9% relativamente a 2016, com um valor de 86.738€.

Os gastos com pessoal registaram uma diminuição de 20% comparativamente ao ano de 2016, o que resulta sobretudo de alterações estratégicas ao nível do GRUPOEDA. Estes gastos representam 18% (21% em 2016) do volume de negócios.

Nos gastos com ajudas de custo, comunicações, frota automóvel e deslocações e estadas, verificou-se um crescimento de 6% relativamente ao ano de 2016. Estes gastos representam 4% do volume de negócios.

(euro)

	2014	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Ajudas de Custo	66 069	88 746	88 745	76 099	-12 647	-14,3%
Comunicações	10 729	11 710	8 248	10 369	2 121	25,7%
Frota automóvel	42 616	46 418	49 392	61 113	11 721	23,7%
Deslocações e Estadas	101 661	140 753	84 035	98 758	14 722	17,5%
<b>Total Geral</b>	<b>221 074</b>	<b>287 628</b>	<b>230 421</b>	<b>246 339</b>	<b>15 918</b>	<b>6,9%</b>

A análise comparativa dos gastos operacionais relativamente ao ano anterior e ao plano, deve considerar que as oportunidades do mercado definem o nível de atividade da empresa e consequentemente os recursos necessários para a estas corresponder. Deve ainda ser considerada a tipologia dos projetos executados bem como a sua exigência em recursos internos e externos à empresa.

(euro)

Gastos operacionais	2016	2017	2017	Variação 17/16	Variação 17 Ex./Prev.		
	Executado	Previsto	Executado				
CMVMC	508 557	349 417	461 734	-46 823	-9,2%	112 317	32%
Forn. e serviços externos	3 302 471	3 461 146	3 560 774	258 303	7,8%	99 628	3%
Gastos com pessoal	1 354 654	1 188 254	1 090 181	-264 474	-19,5%	-98 073	-8%
Imparidades	67 852	54 823	126 738	58 886	86,8%	71 915	131%
Outros gastos operacionais	7 523	7 238	9 058	1 535	20,4%	1 820	25%
Depreciações e Amortizações	91 165	67 433	99 963	8 798	9,7%	32 530	48%
<b>Total</b>	<b>5 332 223</b>	<b>5 128 311</b>	<b>5 348 449</b>	<b>16 226</b>	<b>0,3%</b>	<b>220 138</b>	<b>4,3%</b>

### 2.3.1.3. Indicadores Económicos

Os indicadores económicos, constantes do quadro seguinte, demonstram a estabilidade da rentabilidade da empresa, pondo em evidência o bom desempenho económico dos últimos anos.

Indicadores Económicos	2014	2015	2016	2017
Rendibilidade do Activo Total	12%	11%	11%	8%
ROE	15%	13%	13%	10%
Rendibilidade da Prest. Serviços	13%	14%	16%	12%
Cash-Flow (euros)	924 700	995 756	1 075 425	857 797

A diminuição nos indicadores de rentabilidade em 2017, está sobretudo relacionada com a alterações estratégicas ao nível do GRUPOEDA, conforme já descrito.

### 2.3.2. Situação Financeira

Os balanços dos últimos quatro anos, que se apresentam seguidamente, espelham a situação patrimonial da SEGMA, pondo em evidência a estabilidade da sua estrutura financeira, com um ativo total de 9,1 milhões de euros.

(euro)

Balço	2014	2015	2016	2017	Variação 17/16	
<b>Ativo</b>						
Ativo Não Corrente	319 447	1 550 354	1 498 740	1 530 345	3 139	0%
Ativo Corrente	6 981 133	6 806 227	7 599 513	7 598 730	27 683	0%
<b>Total</b>	<b>7 300 580</b>	<b>8 356 581</b>	<b>9 098 253</b>	<b>9 129 075</b>	<b>30 823</b>	<b>0%</b>
Capital próprio	5 869 676	6 766 523	7 295 993	7 565 743	269 750	4%
<b>Passivo</b>						
Passivo Não Corrente	2 985	2 059	1 597	2 864	1 268	79%
Passivo Corrente	1 427 919	1 587 999	1 800 663	1 560 468	-240 195	-13%
<b>Total</b>	<b>7 300 580</b>	<b>8 356 581</b>	<b>9 098 253</b>	<b>9 129 075</b>	<b>30 823</b>	<b>0%</b>

O aumento do Ativo em 2017 ficou a dever-se sobretudo ao incremento do ativo corrente por via de sócios e caixa e depósitos bancários. No que diz respeito ao passivo corrente, verifica-se um decréscimo de 13%, com a redução de fornecedores e diferimentos. O capital próprio atingiu o valor de 7.565.742 euros, mais 4% do que em 2016 por via dos resultados transitados.

#### 2.3.2.1. Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros presentes no quadro seguinte, transmitem uma estrutura financeira sólida.

Indicadores Financeiros	2014	2015	2016	2017
Debt to equity	0,24	0,23	0,25	0,21
Liquidez Geral	487%	427%	422%	489%
Solvabilidade	411%	426%	422%	484%
Autonomia Financeira	80%	81%	80%	83%

O indicador de solvabilidade evidencia, igualmente, valores elevados, mostrando a capacidade da empresa de solver os seus compromissos de médio longo prazo.

No ano de 2017, a atividade da SEGMA continuou, tal como nos anos anteriores, a ser financiada maioritariamente por capitais próprios, como demonstra o rácio de autonomia financeira.

### 2.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam dívidas ao Estado nem à Segurança Social.

## 2.5. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral da empresa. Os valores remuneratórios brutos dos Órgãos Sociais no ano de 2017 corresponderam a:

<b>Conselho de Gerência</b>	
Gerente	- €
Gerente	- €
Gerente	73 985,84 €



## 2.6. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Durante o ano de 2017 o Conselho de Gerência realizou 10 (dez) reuniões. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia da SEGMA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa, a aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2016, bem como da Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2018.

## 2.7. QUOTAS PRÓPRIAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a empresa não deteve nem transacionou quotas próprias.

## 2.8. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES

Não existiu qualquer transação entre a sociedade e os seus gerentes.

## 2.9. SUCURSAIS DA SOCIEDADE

A empresa não tem quaisquer sucursais.

## 2.10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existe situação, entre a data de encerramento e a presente data que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

## 2.11. PERSPETIVAS PARA 2018

A SEGMA manterá um papel ativo no mercado regional, trabalhando para preservar os seus clientes, estabelecendo parcerias sólidas para abordagem de projetos de média e grande dimensão. Tendo como objetivo a sustentabilidade da atividade e redução do risco que a dimensão do mercado regional representa, será mantida uma estratégia de criação de novas competências, nomeadamente em áreas não exploradas na Região e que se revelam numa mais valia para os Açores.

Apesar das expectativas de crescimento económico das entidades governamentais nacionais e europeias, perspetivamos que estas apenas se repercutam em algumas atividades desenvolvidas pela SEGMA. No entanto o clima concorrencial sentido no ultimo semestre do exercício, faz prever para o ano de 2018, uma redução do volume de negócios de 5%.

Neste contexto a SEGMA terá de ajustar a sua estratégia, promovendo uma maior eficiência na sua atividade, através da otimização de alguns processos, melhorias das infraestruturas e recursos disponíveis. O incremento da produtividade é um objetivo não só de 2018 mas sobretudo vital para o sucesso da empresa nos próximos anos.

As prioridades de gestão, para o ano de 2018, são as seguintes:

- Formação Motivacional;
- Formação Técnica;
- Investimento em equipamento de transporte e outros recursos tangíveis
- Infraestruturas físicas que permitam melhoria de processos logísticos e ganhos de eficiência;
- Implementação dos módulos SAP para otimização da gestão de materiais e da manutenção
- Aquisição de software para adicionar mobilidade à solução SAP de gestão de manutenção
- Transição para a nova norma ISO 9001:2015;
- Melhoria de processos ambientais implementação de SGA (ISO 14001);
- Implementação de um sistema de gestão da Segurança (OHSAS 18001);
- Manutenção Integral de Edifícios;
- Incremento da prestação de serviços de Consultoria, alavancado na eficiência energética e no novo quadro comunitário de apoio.



### 3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Gerência propõe que os resultados do exercício de 2017, no valor de 757.834,15 euros (setecentos e cinquenta e sete, oitocentos e trinta e quatro euros e quinze cêntimos), tenham a seguinte aplicação:

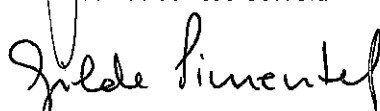
Dividendos	379.000,00 euros
Resultados Transitados	378.834,15 euros

Ponta Delgada, 9 de abril de 2018

A GERÊNCIA



João Carlos Santos Correia



Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel



Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

## DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANEXO

BALANÇO.....	20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	22
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>25</b>
2.1. BASE DE PREPARAÇÃO.....	25
2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC.....	25
2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	26
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....</b>	<b>26</b>
3.1. CONVERSÃO CAMBIAL .....	26
3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	27
3.3. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....	28
3.4. IMPARIDADES DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS.....	28
3.5. ATIVOS FINANCEIROS .....	29
3.6. INVENTÁRIOS.....	30
3.7. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER .....	30
3.8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	31
3.9. CAPITAL.....	31
3.10. PASSIVOS FINANCEIROS.....	31
3.11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS .....	32
3.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	32
3.13. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS.....	33
3.14. PROVISÕES.....	33
3.15. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO .....	34
3.16. LOCAÇÕES.....	34
3.17. GASTOS E RENDIMENTOS .....	35
3.18. RÉDITO.....	35
3.19. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS .....	35
3.20. COMPENSAÇÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES .....	35
3.21. MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	35
3.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS.....	36
3.22.1. Provisões .....	36
3.22.2. Rédito .....	36
3.22.3. Imparidade .....	36
3.23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO .....	37
<b>4. FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>37</b>
4.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO .....	37
4.2. DETALHE DA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS .....	37
<b>5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....</b>	<b>38</b>
5.1. ALTERAÇÕES ÀS NORMAS .....	38
5.2. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	38
5.3. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS .....	38


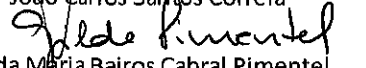
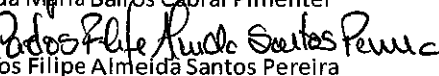
5.4. ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES .....	38
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	39
7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	40
8. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	41
9. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS .....	41
10. CLIENTES .....	42
11. SÓCIOS .....	43
12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	44
13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER .....	44
14. DIFERIMENTOS .....	45
15. CAPITAL SUBSCRITO .....	45
16. RESERVA LEGAL E RESULTADOS ACUMULADOS .....	46
17. FORNECEDORES.....	46
18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR .....	47
19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	47
20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS .....	48
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	48
22. GASTOS COM PESSOAL .....	49
23. OUTROS RENDIMENTOS .....	50
24. OUTROS GASTOS .....	50
25. RENDIMENTOS FINANCEIROS .....	50
26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	51
27. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS.....	52
28. CONTINGÊNCIAS.....	53
29. MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	53
30. PARTES RELACIONADAS.....	54
30.1. REMUNERAÇÃO DA GERÊNCIA.....	54
30.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	54
31. DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	57
32. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	57

## BALANÇO

	Nota	31 de dezembro	
		2017	2016
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	116.388	76.996
Propriedades de investimento	7	1.299.499	1.343.764
Clientes	10	36.361	7.895
Outros investimentos financeiros	8	60.005	60.005
Ativos por impostos diferidos	9	18.092	10.079
		<b>1.530.345</b>	<b>1.498.740</b>
<b>Corrente</b>			
Clientes	10	2.509.129	2.896.932
Sócios	11	4.500.000	4.100.000
Outros créditos a receber	13	167.030	382.098
Diferimentos	14	69.801	144.734
Caixa e depósitos bancários	4	352.770	75.749
		<b>7.598.730</b>	<b>7.599.513</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9.129.075</b>	<b>9.098.253</b>
<b>Capital próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital subscrito	15	200.000	200.000
Reservas legais	16	46.000	46.000
Resultados transitados	16	6.550.801	6.059.540
Outras variações no capital próprio	16	11.108	6.192
Resultado líquido do período		757.834	984.261
<b>Total do capital próprio</b>		<b>7.565.743</b>	<b>7.295.993</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Outras dívidas a pagar	18	2.864	1.597
		<b>2.864</b>	<b>1.597</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	17	786.663	871.635
Estado e outros entes públicos	12	135.927	152.764
Outras dívidas a pagar	18	243.174	187.657
Diferimentos	14	394.704	588.607
		<b>1.560.468</b>	<b>1.800.663</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.563.332</b>	<b>1.802.260</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>9.129.075</b>	<b>9.098.253</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado  
  
 Cláudio Manuel Raposo Torres

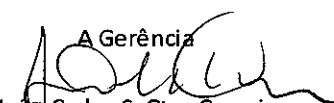
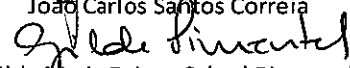
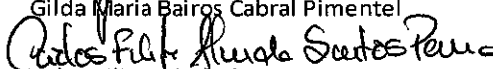
A Gerência  
  
 João Carlos Santos Correia  
  
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel  
  
 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	19	6.167.215	6.304.770
Subsídios à exploração	22	6.025	18.758
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(461.734)	(508.557)
Fornecimentos e serviços externos	21	(3.560.774)	(3.302.471)
Gastos com o pessoal	22	(1.090.181)	(1.354.654)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(59.717)	97.420
Outros rendimentos	23	30.421	21.412
Outros gastos	24	(9.058)	(7.523)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.022.197</b>	<b>1.269.154</b>
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6	(99.963)	(91.165)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>922.234</b>	<b>1.177.990</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	9.818	15.122
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>932.052</b>	<b>1.193.111</b>
Imposto sobre o rendimento do período	26	(174.217)	(208.851)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>757.834</b>	<b>984.261</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

  
 O Contabilista Certificado  
 Cláudio Manuel Raposo Torres


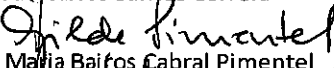

A Gerência  
  
 João Carlos Santos Correia  
  
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel  
  
 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>A 1 de janeiro de 2016</b>	<b>200.000</b>	<b>46.000</b>	<b>5.612.100</b>	<b>7.983</b>	<b>900.440</b>	<b>6.766.523</b>
<b>Alterações no período</b>						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	900.440	(1.791)	(900.440)	(1.791)
	-	-	900.440	(1.791)	(900.440)	(1.791)
Resultado líquido do período					984.261	984.261
<b>Resultado integral</b>					<b>984.261</b>	<b>984.261</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>						
Distribuições	-	-	(453.000)	-	-	(453.000)
	-	-	(453.000)	-	-	(453.000)
<b>A 31 de dezembro de 2016</b>	<b>200.000</b>	<b>46.000</b>	<b>6.059.540</b>	<b>6.192</b>	<b>984.261</b>	<b>7.295.993</b>
<b>A 1 de janeiro de 2017</b>	<b>200.000</b>	<b>46.000</b>	<b>6.059.540</b>	<b>6.192</b>	<b>984.261</b>	<b>7.295.993</b>
<b>Alterações no período</b>						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	984.261	4.916	(984.261)	4.916
	-	-	984.261	4.916	(984.261)	4.916
Resultado líquido do período					757.834	757.834
<b>Resultado integral</b>					<b>757.834</b>	<b>757.834</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>						
Distribuições	-	-	(493.000)	-	-	(493.000)
	-	-	(493.000)	-	-	(493.000)
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>	<b>200.000</b>	<b>46.000</b>	<b>6.550.801</b>	<b>11.108</b>	<b>757.834</b>	<b>7.565.743</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

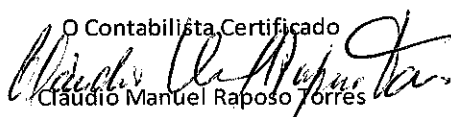
O Contabilista Certificado  
  
 Cláudio Manuel Raposo Torres

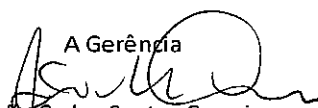
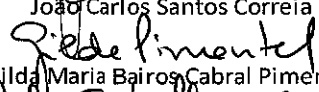

A Gerência  
  
 João Carlos Santos Correia  
  
 Gilda Maria Baiões Cabral Pimentel  
  
 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

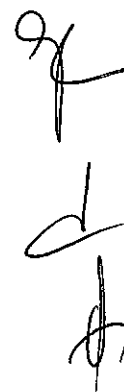
	Nota	31 de dezembro	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		7.564.881	7.128.948
Pagamentos a fornecedores		(4.844.273)	(4.607.795)
Pagamentos ao pessoal		(1.056.505)	(1.258.920)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.664.103</b>	<b>1.262.234</b>
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(189.135)	(208.084)
Outros recebimentos/ pagamentos		(206.680)	(172.288)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>1.268.288</b>	<b>881.861</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(137.878)	(19.448)
Financiamentos concedidos	12	(27.690.000)	(26.870.000)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos		27.290.000	26.370.000
Subsídios ao investimento		11.250	-
Juros e rendimentos similares		17.046	32.874
Dividendos		11.317	9.053
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>(498.266)</b>	<b>(477.520)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(493.000)	(453.000)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>(493.000)</b>	<b>(453.000)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	75.749	124.408
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<b>352.770</b>	<b>75.749</b>
<b>Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa		129	57
Depósitos bancários		352.641	75.692
		<b>352.770</b>	<b>75.749</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista, Certificado  
  
 Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência  
  
 João Carlos Santos Correia  
  
 Sílvia Maria Bairos Cabral Pimentel  
  
 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



### 1. INTRODUÇÃO

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., (referida neste documento como “SEGMA” ou “Empresa”) foi constituída em 6 de março de 1998 e tem como objeto a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais, bem como atividades complementares com aquelas.

A SEGMA pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 90% pela Eletricidade dos Açores, S.A. e em 10% pela EDA Renováveis, S.A..

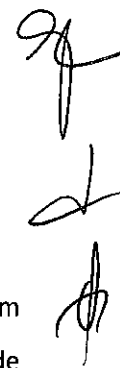
A SEGMA atua nas seguintes áreas de negócio:

- i) Consultoria, projeto, fornecimento, montagem, fiscalização, manutenção e operação de instalações elétricas (BT/MT), telecomunicações, eletromecânica e mecânica, AVAC, grupos geradores, UPS, Equipamentos de energias renováveis;
- ii) Certificação energética de edifícios e auditorias energéticas; e
- iii) Gestão e manutenção de unidades industriais e edifícios.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência, em 9 de abril de 2018. É opinião da Gerência que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SEGMA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.



## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



### 2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela SEGMA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

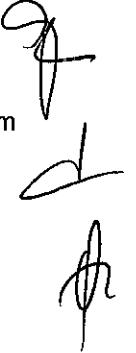
Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Gerência e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.22

### 2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.



### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Gerência procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Gerência concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

#### 3.1. CONVERSÃO CAMBIAL

##### i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da SEGMA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

##### ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

### iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam saldos em moeda estrangeira para os quais fosse necessário efetuar a conversão.

### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	8 anos
Equipamento de transporte	Entre 2 e 4 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados, rubrica de “Outros gastos” ou “Outros rendimentos”.

### 3.3. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

### 3.4. IMPARIDADES DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.5. ATIVOS FINANCEIROS

A Gerência determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

A SEGMA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

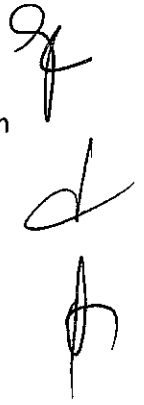
Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A SEGMA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A SEGMA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a SEGMA reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.



### 3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários referem-se a mercadorias para venda imediata a clientes.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

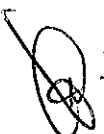
Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.


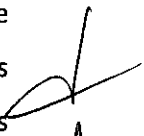

### 3.7. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir. O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.



### 3.8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.9. CAPITAL

O capital estatutário da Empresa corresponde às quotas ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### 3.10. PASSIVOS FINANCEIROS

A Gerência determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

A SEGMA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.



### 3.11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a SEGMA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### 3.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

#### Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração fiscal durante um período de 4 anos.

#### Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.



Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

### 3.13. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A SEGMA tem atribuído aos seus empregados planos de contribuição definida, nos quais assume unicamente a responsabilidade de efetuar uma contribuição, correspondente a uma % sobre o salário pago aos empregados aderentes, com a possibilidade de uma contribuição adicional a título de incentivo, se o empregado também contribuir e tiver boas avaliações de desempenho.

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pelo BPI pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- (a) contribuição base de 1% do salário pensionável pela Empresa sem qualquer condição;
- (b) contribuição voluntária do empregado que a SEGMA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

### 3.14. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a SEGMA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SEGMA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.15. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A SEGMA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à SEGMA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

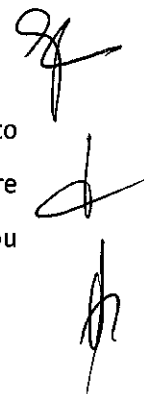
### 3.16. LOCAÇÕES

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a SEGMA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a SEGMA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a SEGMA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.



### 3.17. GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.18. RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da atividade da SEGMA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a SEGMA; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela SEGMA resulta da prestação de serviços de elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais, bem como atividades complementares com aquelas.

### 3.19. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A distribuição de lucros aos sócios da SEGMA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que a distribuição de lucros é aprovada pelos seus sócios.

### 3.20. COMPENSAÇÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

### 3.21. MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a SEGMA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída

de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da SEGMA e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

### **3.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SEGMA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gerência, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

#### **Estimativas contabilísticas relevantes**

##### **3.22.1. Provisões**

A SEGMA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

##### **3.22.2. Rédito**

O reconhecimento do rédito quando associado à execução de atividades específicas exige uma contínua avaliação das estimativas dos gastos que devem ser reconhecidas com referência à data do serviço prestado.

##### **3.22.3. Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SEGMA, tais como: i) a disponibilidade futura de

financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.





### 3.23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

### 4.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

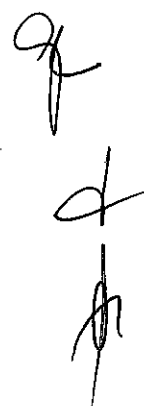
A SEGMA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

### 4.2. DETALHE DA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	129	57
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	352.641	75.692
<b>Caixa e equivalentes de caixa (ativo)</b>	<u>352.770</u>	<u>75.749</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.



## **5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

### **5.1. ALTERAÇÕES ÀS NORMAS**

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

### **5.2. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela SEGMA, para os períodos apresentados.

### **5.3. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS**

A SEGMA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

### **5.4. ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES**

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
<b>1 de janeiro de 2017</b>					
Custo de aquisição	59.128	231.812	37.550	207.457	535.947
Depreciações acumuladas	(55.258)	(185.675)	(34.396)	(183.622)	(458.950)
<b>Valor líquido</b>	<b>3.871</b>	<b>46.137</b>	<b>3.154</b>	<b>23.835</b>	<b>76.996</b>
<b>Movimento de 2017</b>					
Adições	-	75.073	8.627	11.390	95.090
Depreciação - período	(2.403)	(32.053)	(10.164)	(11.078)	(55.698)
	<b>1.468</b>	<b>89.156</b>	<b>1.618</b>	<b>24.146</b>	<b>116.388</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>					
Custo de aquisição	59.128	306.884	46.178	218.847	631.037
Depreciações acumuladas	(57.660)	(217.728)	(44.560)	(194.700)	(514.648)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.468</b>	<b>89.156</b>	<b>1.618</b>	<b>24.146</b>	<b>116.388</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
<b>1 de janeiro de 2016</b>					
Custo de aquisição	59.128	194.629	34.707	206.863	495.327
Depreciações acumuladas	(40.843)	(177.795)	(32.121)	(174.774)	(425.532)
<b>Valor líquido</b>	<b>18.286</b>	<b>16.834</b>	<b>2.585</b>	<b>32.089</b>	<b>69.794</b>
<b>Movimento de 2016</b>					
Adições	-	50.664	2.843	594	54.102
Alienações	-	(13.482)	-	-	(13.482)
Depreciação - período	(14.415)	(21.362)	(2.274)	(8.848)	(46.900)
Depreciação - alienações	-	13.482	-	-	13.482
	<b>3.871</b>	<b>46.137</b>	<b>3.154</b>	<b>23.835</b>	<b>76.996</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>					
Custo de aquisição	59.128	231.812	37.550	207.457	535.947
Depreciações acumuladas	(55.258)	(185.675)	(34.396)	(183.622)	(458.950)
<b>Valor líquido</b>	<b>3.871</b>	<b>46.137</b>	<b>3.154</b>	<b>23.835</b>	<b>76.996</b>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

## 7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>A 1 de janeiro</b>		
Valor bruto	1.432.294	1.432.294
Depreciações acumuladas	(88.530)	(44.265)
<b>Valor líquido</b>	<b><u>1.343.764</u></b>	<b><u>1.388.029</u></b>
Depreciações - Período	(44.265)	(44.265)
	<b><u>(44.265)</u></b>	<b><u>(44.265)</u></b>
<b>A 31 de dezembro</b>		
Valor bruto	1.432.294	1.432.294
Depreciações acumuladas	(132.795)	(88.530)
<b>Valor líquido</b>	<b><u>1.299.499</u></b>	<b><u>1.343.764</u></b>

No final 2015, foi apresentado à Região Autónoma dos Açores uma minuta de contrato de arrendamento pelo prazo de trinta anos contados a partir de 1 de janeiro de 2016, com uma renda anual de 85.000 euros, que poderá ser atualizada com base na variação média anual do índice de preços. Alternativamente, está ainda previsto o exercício da opção de compra das instalações pelo valor a atribuir ao imóvel corrigido das rendas entretanto pagas e dos juros vencidos decorridos calculados à taxa anual Euribor de 12 meses acrescida de uma margem de segurança de 2,5%. Em 5 de abril de 2018, a Direção Regional de Ciência e Tecnologia informou que o processo negocial sobre as condições de arrendamento das instalações da estação geodésica relacionada com o projeto Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE) estavam a ser avaliadas, no entanto, condicionadas à assunção do compromisso financeiro inerente em 2019. Nesta conformidade, a Gerência não reconheceu quaisquer rendimentos associados à utilização das instalações apesar de estar convicta de que não ocorrerão alterações substanciais nas condições contratuais propostas.

Todos os encargos e despesas decorrentes da utilização das instalações têm sido suportados pelos utilizadores do imóvel.



## 8. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa:

	<u>% detida</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EDA Renováveis, S.A.	0,32	60 000	60 000
ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.	0,001	5	5
		<u>60.005</u>	<u>60.005</u>
Imparidade de outros investimentos		-	-
<b>Valor líquido</b>		<u>60.005</u>	<u>60.005</u>

## 9. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	<u>8.012</u>	<u>(3.285)</u>
	<u>8.012</u>	<u>(3.285)</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere à imparidade de clientes não aceite fiscalmente, para os períodos apresentados resume-se como segue:

### Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	<u>Imparidade de clientes</u>
<b>A 1 de janeiro de 2017</b>	<b>10.079</b>
Constituição por resultados	18.092
Reversão por resultados	<u>(10.079)</u>
<b>Movimento do período</b>	<b>8.012</b>
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>	<b>18.092</b>

	<u>Imparidade de clientes</u>
<b>A 1 de janeiro de 2016</b>	<b>13.364</b>
Constituição por resultados	8.601
Reversão por resultados	<u>(11.885)</u>
<b>Movimento do período</b>	<b>(3.285)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>10.079</u></b>



## 10. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Clientes - grupo i)	640.697	-	640.697	691.746	-	691.746
Clientes - outros ii)	2.069.002	36.361	2.105.363	2.346.040	7.895	2.353.935
	<u>2.709.699</u>	<u>36.361</u>	<u>2.746.060</u>	<u>3.037.786</u>	<u>7.895</u>	<u>3.045.681</u>
Imparidade de clientes	<u>(200.571)</u>	-	<u>(200.571)</u>	<u>(140.854)</u>	-	<u>(140.854)</u>
	<b><u>2.509.129</u></b>	<b><u>36.361</u></b>	<b><u>2.545.489</u></b>	<b><u>2.896.932</u></b>	<b><u>7.895</u></b>	<b><u>2.904.827</u></b>

i) Clientes – grupo: compreende as dívidas dos sócios EDA (484.445 euros) e EDA Renováveis (142.392 euros) que dizem respeito a fornecimentos e montagens de diversos equipamentos e à manutenção e conservação dos Parques eólicos, respetivamente.

ii) Clientes – outros: referem-se essencialmente aos clientes privados, bem como diversas entidades governamentais nacionais e regionais e autarquias locais.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de clientes estavam assim classificados no balanço:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Corrente	2.509.129	2.896.932
Não corrente	<u>36.361</u>	<u>7.895</u>
<b>A 31 de dezembro</b>	<b><u>2.545.489</u></b>	<b><u>2.904.827</u></b>

O saldo não corrente é justificado por garantias prestadas a clientes, referentes a prestações de serviços efetuadas pela SEGMA.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2017 apresentam a seguinte antiguidade:

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 120 dias</u>	<u>De 121 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Grupo	611.157	10.932	43	18.566	-	640.697
Outros	1.598.205	35.515	67.648	211.879	155.756	2.069.002
	<u>2.209.361</u>	<u>46.447</u>	<u>67.690</u>	<u>230.445</u>	<u>155.756</u>	<u>2.709.699</u>



O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm o seguinte movimento:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>A 1 de janeiro</b>	140.854	238.369
Aumentos	126.738	67.852
Reversão do ano	(67.021)	(165.272)
Utilizações do ano	-	(95)
<b>A 31 de dezembro</b>	<u>200.571</u>	<u>140.854</u>

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
de 6 a 12 meses	98.121	60.572
de 12 a 18 meses	29.133	6.581
de 18 a 24 meses	378	1.792
superior a 24 meses	72.939	71.910
	<u>200.571</u>	<u>140.854</u>

## 11. SÓCIOS

Nos termos da política financeira traçada pelo sócio EDA no que concerne à cedência de fundos a serem efetuados sempre que existam excedentes de tesouraria, o saldo no montante de 4.500.000 euros e 4.100.000 euros corresponde ao valor cedido respetivamente em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os quais vencem juros à taxa média anual de 0,21% (2016: 0,36%). Os juros debitados ao sócio a este respeito perfazem o montante de 8.962 euros (2016: 14.031 euros - Nota 25).

Esta cedência de fundos sem período de vencimento previsto está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.



## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de impostos a liquidar/a recuperar referem-se a:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	7.629	-	16.628
Imposto s/ rendimento - IRS	-	7.112	-	11.715
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	101.608	-	95.976
Contribuições p/ segurança social	-	19.577	-	28.446
	-	<b>135.927</b>	-	<b>152.764</b>

9/1  
d  
h

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2017	2016
Pagamentos por conta	(167.739)	(181.362)
Retenções na fonte	(6.862)	(7.576)
Estimativa de IRC	182.230	205.566
	<b>7.629</b>	<b>16.628</b>

## 13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Outros devedores</b>						
Outros devedores	11.945	-	11.945	9.816	-	9.816
	11.945	-	11.945	9.816	-	9.816
<b>Pessoal</b>	3.002	-	3.002	228	-	228
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	209	-	209	-	-	-
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>						
Prestações de serviços	151.874	-	151.874	358.024	-	358.024
Juros a receber do sócio	-	-	-	14.031	-	14.031
	151.874	-	151.874	372.055	-	372.055
	<b>167.030</b>	-	<b>166.821</b>	<b>382.098</b>	-	<b>382.098</b>

Na rubrica de Outros devedores está registado o subsídio ao investimento atribuído e ainda não recebido referente a aquisições de equipamento ocorridas em anos anteriores, no montante de 3.392 euros (em 2016: 3.392 euros - Nota 16).

Os devedores por acréscimos de rendimentos registados referem-se essencialmente a serviços prestados relacionados com a atividade e ainda não faturados (148.734 euros) e, também, a energia vendida ao sócio EDA (3.140 euros).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 14. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a SEGMA tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subcontratos-materiais	63.050	142.058
Seguros	6.752	2.675
	<u>69.801</u>	<u>144.734</u>
<b>Passivo</b>		
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços a concluir já faturados	394.578	587.874
Juros de acordos	126	733
	<u>394.704</u>	<u>588.607</u>

Os gastos a reconhecer no montante de 63.050 euros referem-se a materiais adquiridos que serão incorporados em serviços ainda não realizados.

## 15. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social da SEGMA encontrava-se totalmente subscrito e realizado sendo representado por quatro quotas.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2017 e 2016, por sócio, é como segue:

	<u>% detida</u>	<u>Capital Social</u>
Electricidade dos Açores, S.A.	90	180.000
EDA Renováveis, S.A.	10	20.000
	<u>100</u>	<u>200.000</u>

## 16. RESERVA LEGAL E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica registou os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Reserva legal	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Total
<b>1 de janeiro de 2016</b>	<b>46.000</b>	<b>5.612.100</b>	<b>7.983</b>	<b>5.666.083</b>
Aplicação do resultado do exercício	-	900.440	-	900.440
Distribuição	-	(453.000)	-	(453.000)
Amortização de subsídios ao investimento	-	-	(2.253)	(2.253)
Ajustamento do imposto sobre o rendimento do ano	-	-	462	462
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>46.000</b>	<b>6.059.540</b>	<b>6.192</b>	<b>6.111.732</b>
Aplicação do resultado do exercício	-	984.261	-	984.261
Distribuição	-	(493.000)	-	(493.000)
Atribuição de subsídios ao investimento	-	-	11.250	11.250
Amortização de subsídios ao investimento	-	-	(5.066)	(5.066)
Ajustamento do imposto sobre o rendimento do ano	-	-	(1.268)	(1.268)
<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>46.000</b>	<b>6.550.801</b>	<b>11.108</b>	<b>6.607.909</b>

A Reserva legal só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

De acordo com a deliberação da Assembleia geral de 31 de março de 2017, do resultado líquido do período de 2016 no montante de 984.261 euros, foram distribuídos lucros aos sócios no montante de 493.000 euros e a parte remanescente manteve-se em resultados transitados (491.261 euros).

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos diretamente em capital próprio e transferidos para resultados na mesma proporção e ao mesmo ritmo que as amortizações dos ativos financiados (Nota 23).

O ajustamento emergente do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro está registado em Outras dívidas a pagar, no montante de 2.864 euros (2016: 1.597 euros).

## 17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores - grupo	17.719	17.382
Fornecedores - terceiros	768.944	854.253
	<b><u>786.663</u></b>	<b><u>871.635</u></b>



O saldo a pagar aos fornecedores – grupo: referem-se a montantes em dívida à EDA, S.A. e dizem respeito ao contrato de outsourcing de sistemas de informação, venda de materiais e prestações de serviços pelas áreas administrativas.

O saldo a pagar aos fornecedores – terceiros: fornecimento de material a aplicar em obras sob a responsabilidade da SEGMA, bem como prestação de serviços na realização de diversas obras subcontratadas pela SEGMA.

## 18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
<b>Fornecedores</b>						
Fornecedores de investimentos - grupo	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos - outros	1.487	-	1.487	21.470	-	21.470
	<u>1.487</u>	<u>-</u>	<u>1.487</u>	<u>21.470</u>	<u>-</u>	<u>21.470</u>
<b>Outros credores</b>						
Credores diversos	6.552	-	6.552	6.507	-	6.507
Imposto sobre o rendimento a pagar no futuro	-	2.864	2.864	-	1.597	1.597
	<u>6.552</u>	<u>2.864</u>	<u>9.417</u>	<u>6.507</u>	<u>1.597</u>	<u>8.104</u>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>						
Férias e subsídio de férias	129.081	-	129.081	141.364	-	141.364
Outros acréscimos de gastos (Fornecimentos e serviços externos)	106.054	-	106.054	18.316	-	18.316
	<u>235.135</u>	<u>-</u>	<u>235.135</u>	<u>159.680</u>	<u>-</u>	<u>159.680</u>
	<b><u>243.174</u></b>	<b><u>2.864</u></b>	<b><u>246.039</u></b>	<b><u>187.657</u></b>	<b><u>1.597</u></b>	<b><u>189.253</u></b>

O imposto associado ao efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento era de 2.864 euros em 31 de dezembro de 2017 (2016: 1.597 euros).

## 19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e serviços prestados reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Vendas</b>		
Grupo	299.930	437.720
Outros	<u>198.919</u>	<u>148.380</u>
	<b><u>498.848</u></b>	<b><u>586.100</u></b>
<b>Serviços prestados</b>		
Grupo	1.973.029	2.202.991
Outros	<u>3.695.338</u>	<u>3.515.679</u>
	<b><u>5.668.367</u></b>	<b><u>5.718.670</u></b>
	<b><u>6.167.215</u></b>	<b><u>6.304.770</u></b>



A Empresa procedeu à contabilização na rubrica de Vendas das mercadorias que não estão englobadas em serviços prestados.

A rubrica Vendas compreende também 4.566 euros equivalente a 10.942 KW de energia solar produzida e cedida ao sócio EDA (2016: 4.557 euros).

## 20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas demonstra-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Inventários iniciais	-	-
Compras	461.734	508.557
Inventários finais	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Custo das matérias consumidas</b>	<b><u>461.734</u></b>	<b><u>508.557</u></b>

Como indicado na Nota 19, as mercadorias vendidas não incorporadas em serviços prestados são mostradas na rubrica de Vendas.

## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:





		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subcontratos	i)	2.944.279	2.827.818
Honorários	i)	122.349	50.871
Deslocações e estadas	ii)	98.758	84.035
Trabalhos especializados		93.968	78.318
Transporte de mercadorias		86.738	79.597
Limpeza, higiene e conforto		33.894	8.134
Combustíveis		31.570	27.545
Conservação e reparação		29.210	21.830
Rendas e alugueres		20.006	31.566
Eletricidade		19.590	14.626
Ferramentas e utensílios		18.787	13.720
Formação profissional		12.056	13.698
Comunicações		10.369	8.254
Seguros		10.060	8.621
Comissões		7.167	9.612
Outros (inferiores a 5.000 euros)		21.974	24.224
		<u><b>3.560.774</b></u>	<u><b>3.302.471</b></u>



i) As rubricas de Subcontratos e Honorários referem-se essencialmente à aquisição de materiais a incorporar em obras realizadas ou adjudicadas à SEGMA, bem como custos com mão-de-obra faturados por terceiros para a realização das mesmas;

ii) Deslocações e estadas: Deslocações e estadas de pessoal da SEGMA para realização de obras fora do seu local de trabalho.

## 22. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2017 e 2016 foram como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	59.265	57.842
Pessoal	801.452	1.011.519
	<u><b>860.717</b></u>	<u><b>1.069.361</b></u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	187.085	237.907
Gastos de ação social	17.576	19.221
Prémios para benefícios de reforma	21.284	25.263
Outros	3.519	2.902
	<u><b>229.464</b></u>	<u><b>285.294</b></u>
	<u><b>1.090.181</b></u>	<u><b>1.354.654</b></u>

O número médio de empregados da Empresa em 2017 foi de 47 (em 2016: 54).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma representam as contribuições para planos de contribuição definida no montante de 21.284 euros (2016: 25.263 euros).

Em 2017, a SEGMA beneficiou com contratos de apoio ao emprego no montante de 6.025 euros (2016: 18.758 euros), reconhecidos na rubrica de subsídios à exploração.

## 23. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dividendos recebidos da EDAR	11.317	11.317
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Nota 16)	5.066	2.253
Rendimentos suplementares	4.877	44
Excesso estimativa para impostos	2.808	2.937
Outros	i) 6.353	4.861
	<u>30.421</u>	<u>21.412</u>

i) Rappel de fornecedores pelo atingimento de objetivos no valor de 6.353 euros (em 2016: 2.263 euros).

## 24. OUTROS GASTOS

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos	6.881	5.153
Outros	2.177	2.370
	<u>9.058</u>	<u>7.523</u>

## 25. RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos rendimentos financeiros dos períodos de 2017 e 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Sócios	8.962	14.031
Juros de acordos (Nota 14)	607	1.091
Outros rendimentos e ganhos financeiros	249	-
	<u><b>9.818</b></u>	<u><b>15.122</b></u>

## 26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto s/ rendimento corrente	182.230	205.566
Imposto s/ rendimento diferido	(8.012)	3.285
	<u><b>174.217</b></u>	<u><b>208.851</b></u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de 20,5%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado antes de impostos	932.052	1.193.111
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Perdas por imparidade em contas a receber	40.740	(97.420)
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	(2.470)	389
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>970.323</u>	<u>1.096.080</u>
Prejuízos fiscais	-	-
Matéria coletável	<u>970.323</u>	<u>1.096.080</u>
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
	<u>163.014</u>	<u>184.141</u>
Derrama Municipal	14.555	16.441
Tributação autónoma	4.661	4.983
Imposto diferido	(8.012)	3.285
<b>Impostos sobre o rendimento do exercício</b>	<u><b>174.217</b></u>	<u><b>208.851</b></u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
	<b><u>18,30%</u></b>	<b><u>18,30%</u></b>


## 27. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Os lucros distribuídos durante o período de 2017 foram de 493.000 euros.

## 28. CONTINGÊNCIAS

A SEGMA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2017	2016
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Equipamentos	2017	24 024	-
EDA, SA	Contratação de Luminárias de Iluminação Pública	2017	18 858	-
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2017	7 894	-
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Elementos Construtivos	2017	7 576	-
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó da Levada e Nó S. Gonçalo	2017	6 370	-
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia elétrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2017	5 520	-
ANA, SA	Empreitada de AIPII - Fornecimento e Montagem de cabo de Pista	2017	3 338	-
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó de Belém	2017	3 229	-
ANA, SA	AJP II Substituição Proteções MT	2017	2 494	-
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2017	2 236	-
Somague Ediçor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Príncipe de Mônaco	2016	30 880	30 880
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2016	15 440	15 440
T.M.E	Fornitura e Montaggi Intercollegamenti Sale Quadri e trasformatori in accordo a specifica tecnica STA - 10176EES233	2016	8 658	8 658
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7 609	7 609
ANA, S.A.	Reforço caução de 5% da empreitada ASMIAFL	2016	4 285	4 285
Somague Ediçor	Construção Cível da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3 792	3 792
ANA, S.A.	AJP II Substituição de Papis	2016	3 499	3 499
ANA, S.A.	AJP II Fornecimento e Monatagem Cabo de Pista	2016	2 487	2 487
Somague Ediçor	Execução da Rede AVAC da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	2 068	2 068
			<u>160 257</u>	<u>78 719</u>

Beneficiário	Objeto	Início	2017	2016
ANA, S.A.	AFL Novos circuitos para alimentação de Papis	2016	1 799	1 799
ANA, S.A.	Consulta 002/DAA 2016 ASM Fornecimento e Montagem Quadro Elétrico	2016	870	870
SOTECNISOL	Instalação Eléctrica dos sistema de Aproveitamento Energético do Biogaz no aterro sanitário Musami	2016	-	46 778
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2016	-	11 842
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia eléctrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2016	-	8 280
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2015	15 440	15 440
ANA, S.A.	Caucionar o valor de 5% da empreitada de ASM e AFL-Susbtuição dos Papis	2015	4 285	4 285
ANA, S.A.	APJII - Serviços Administrativos - Fornecimento e Montagem de Chiller Bomba de Calor com referência 0003/DAA/2015	2015	1 536	1 536
ANA, S.A.	Melhoria das terras de serviço e protecção dos postos de transformação do aeroporto João Paulo II	2015	1 140	1 140
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2015	-	3 194
NAV, E.P.E.	Construção Posto Transformação e equipamentos técnicos da Horta	2014	14 736	14 736
Ministério da Defesa Nacional	PM042 PDL RG2 Remodelação Redes Elétricas	2014	-	1 750
ANA, S.A.	AHR - Aerogar - Substituição de chiller bomba de calor	2013	3 674	3 674
ANA, S.A.	Empreitada de AJP - Prestação de Serviços de Manutenção AVAC	2013	2 840	2 840
Ministério da Defesa Nacional	MNEC nº64/13.PM 41/Ponta Delgada (RG2) - Quartel dos Arrifes - Protecção dos quadros eléctricos contra descargas eléctricas	2013	413	826
Inscó - Insular de Hipermercados, S.A.	Execução de todas as obras de remodelação e ampliação na empreitada de AVAC destinadas à instalação da loja nº A006/25 do Centro Comercial Parque Atlântico-Sport Zone	2012	-	7 625
Ministério da Defesa Nacional - Exército	Reparação dos PT's da zona militar dos Açores e remodelação das infraestruturas eléctricas do RG2	2011	-	9 914
Inscó - Insular de Hipermercados, S.A.	Fornecimento e montagem de duas ROOF-Tops, destinadas ao Hipermercado Continente Modelo da Praia da Vitória (Ilha Terceira) e de duas entidades destinadas ao Hipermercado Continente Modelo de Lagoa (Ilha de S. Miguel) com vista à substituição das máquinas existentes	2011	-	7 965
PT Comunicações	Fornecimento de posto de seccionamento e transformador do tipo cabine-dupla alimentado por MT no edifício sede DONA - Processo 28810	2010	4 598	4 598
ANA, S.A.	AJPII - Fornecimento e montagem grupo MT	2010	4 400	4 400
Direcção Regional de Saúde	Fornecimento e instalação de cablagem estruturada e infraestruturas eléctricas da unidade de saúde de S.José	2008	-	2 436
			55 729	155 925
			<b>215 986</b>	<b>234 643</b>

## 29. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a SEGMA, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Gerência que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

### 30. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a SEGMA é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 90% do capital da Empresa. Os restantes 10% são detidos pela EDA Renováveis, S.A..

#### 30.1. REMUNERAÇÃO DA GERÊNCIA

Os Órgãos de Gestão da SEGMA foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações	<u>59.265</u>	<u>57.842</u>
	<b><u>59.265</u></b>	<b><u>57.842</u></b>

Os membros dos Órgãos de Gestão da SEGMA não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais e de Fiscalização os seguintes montantes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Revisor Oficial de Contas	<u>6.000</u>	<u>6.000</u>
	<b><u>6.000</u></b>	<b><u>6.000</u></b>

#### 30.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

*Sócios:*

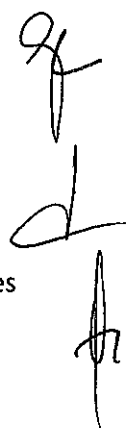
Electricidade dos Açores, S.A.

EDA Renováveis, S.A.

*Partes relacionadas por via de Sócios:*

GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.


**(b) Transações e saldos pendentes****i) Sócios:**

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a SEGMA efetuou as seguintes transações com os seus sócios:

**Vendas de produtos e serviços**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	293.726	437.720
EDA Renováveis, S.A.	6.204	-
	<u>299.930</u>	<u>437.720</u>
Serviços prestados		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	1.485.585	1.857.554
EDA Renováveis, S.A.	454.164	312.535
	<u>1.939.749</u>	<u>2.170.089</u>

**Juros e rendimentos similares**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	8.962	14.031
	<u>8.962</u>	<u>14.031</u>

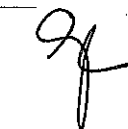


**Compras de produtos e serviços**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compra de serviços		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	81.602	80.684
EDA Renováveis, S.A.	424	-
	<u>82.026</u>	<u>80.684</u>

**Saldos devedores e credores**

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos resultantes de transações efetuadas com os sócios são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Saldos devedores</b>		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4.984.445	4.637.068
EDA Renováveis, S.A.	142.392	135.160
	<b><u>5.126.837</u></b>	<b><u>4.772.229</u></b>
<b>Saldos credores</b>		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	17.624	13.652
	<b><u>17.624</u></b>	<b><u>13.652</u></b>

Conforme indicado na Nota 11, a SEGMA disponibilizou 4.500.000 euros (2016: 4.100.000 euros) ao sócio EDA, que vencem juros à taxa média anual de 0,21% (2016: 0,36%) e que perfazem o montante de 8.962 euros (2016: 14.031 euros).

Esta cedência de fundos sem período de vencimento previsto está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.

O sócio EDA Renováveis distribuiu lucros no montante de 11.317 em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

#### ii) Partes relacionadas por via de sócios

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a SEGMA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

#### Vendas de produtos e serviços

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços prestados		
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	22.464	20.883
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	10.939	12.019
	<b><u>33.402</u></b>	<b><u>32.902</u></b>

#### Compras de produtos e serviços

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compra de serviços		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	6.679	1.260
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	95	3.973
	<b><u>6.774</u></b>	<b><u>5.233</u></b>



### Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

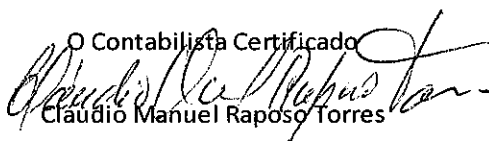
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Saldos devedores</b>		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	7.219	9.885
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	6.641	9.632
	<u>13.860</u>	<u>19.518</u>
<b>Saldos credores</b>		
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	95	2.950
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	-	780
	<u>95</u>	<u>3.730</u>

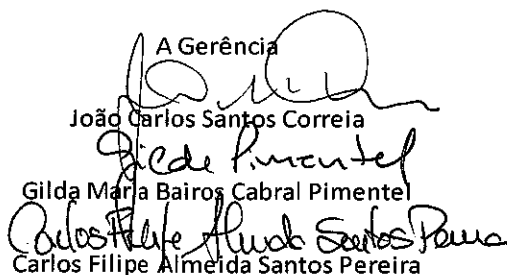
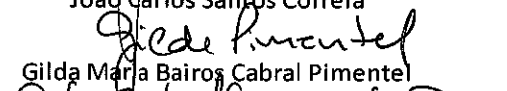

### 31. DISPOSIÇÕES LEGAIS

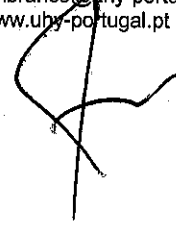
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

### 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras não ocorreu nenhum evento subsequente que deva ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado  
  
 Claudio Manuel Raposo Torres

A Gerência  
  
 João Carlos Santos Correia  
  
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel  
  
 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 9.129.075 euros e um total de capital próprio de 7.565.743 euros, incluindo um resultado líquido de 757.834 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

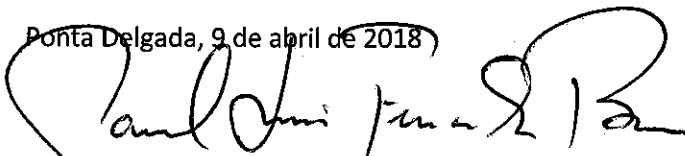
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 9 de abril de 2018



**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)